

# Cardoso descarta que o plenário decida sobre a extensão do poder

por Francisca Stella Fagá  
de Brasília

Constituintes dos pequenos partidos e também do próprio PMDB inquietavam-se ontem, ansiosos diante da perspectiva de não ser desmontada a legislação autoritária antes do início efetivo da elaboração da nova Carta. Conforme sua avaliação, manter essas normas até que seja promulgada a nova Constituição, posição firmemente defendida pelas principais lideranças do PMDB e pelo Palácio do Planalto, comprometerá os trabalhos e os resultados da Constituinte.

Até a próxima quinta-feira, o senador Fernando Henrique Cardoso, relator do projeto de regimento interno da Constituinte — que deverá ser aprovado no dia 24 —, receberá emendas à proposta original das lideranças partidárias. O senador descarta a possibilidade de, nesse período ou mesmo mais tarde, o plenário da Constituinte manifestar-se sobre a extensão de seus poderes.

“Quem é soberano exerce a soberania, não se declara soberano”, diz Fernando Henrique. Soberano, conforme a concepção que transmite a seus pares, como líder do PMDB no Sena-



Fernando Henrique  
Cardoso

do, é o povo, que deu à Assembléia Constituinte poderes para fazer uma nova Constituição. A Constituinte, segundo ele, é instrumento da soberania popular e, como tal, não pode exorbitar suas atribuições modificando a atual Constituição antes de elaborar a nova.

Esse raciocínio inspira entre grande número de constituintes duas ordens de preocupação. Uma delas é o comprometimento dos trabalhos de elaboração da nova Carta, sujeitos, ao menos teoricamente, à aplicação das leis de emergência ou ao julgamento dos tribunais militares. Outra é o clima de in-

quietação que dominaria os trabalhos de uma Assembléia que não afirmou politicamente sua soberania.

Foi com o propósito de reduzir essas inquietações que, em sessão plenária, o senador José Fogaça, do PMDB do Rio Grande do Sul, defendeu a fixação de um cronograma de definições: a edição do regimento interno, a simultânea declaração de vigência da atual Constituição, excluídos os artigos de conteúdo considerado autoritário pela Constituinte e a regulamentação do funcionamento da Câmara e do Senado, a serem convocados apenas para assuntos de relevante interesse nacional, a critério da Mesa da Constituinte, ouvido o plenário.

Fogaça acredita que o PMDB deve mostrar à nação que não quer “um salto no escuro nem a instalação do caos internacional, mas simples e objetivamente um projeto claro e definido de avanços institucionais e de mudanças sociais e econômicas”.

Também o deputado Antonio Brito (PMDB-RS) está convencido de que, sem a definição dos seus poderes, a Constituinte funcionará em sobressaltos. Foi essa a idéia que eles transmitiu ao senador Fernan-

do Henrique Cardoso. Outro campo de polêmicas está aberto na elaboração do regimento interno. As questões mais controvertidas referem-se à formação das comissões, à idéia de submeter ou não o texto final a plebiscito; à veiculação pelas emissoras de rádio e televisão dos trabalhos da Constituinte em horário gratuito e aos poderes da mesa.

A eventual decisão de veicular os trabalhos em horário gratuito já enfrenta forte resistência das emissoras de rádio e televisão. Joaquim Mendonça, presidente da associação que as representa, a Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert), foi ontem ao gabinete do senador Fernando Henrique Cardoso manifestar sua discordância da proposta. As emissoras, disse, já estão sobrecarregadas de programações institucionais, como “Hora do Brasil”, Projeto Minerva e as três horas anuais dos programas dos partidos políticos.

Fernando Henrique tem a intenção de encontrar uma solução negociada entre constituintes e emissoras, que seja ao mesmo tempo justa para as emissoras e eficiente para a Constituinte.